



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

INQUÉRITO Nº 4.921/DF

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INVESTIGADO : JAIR MESSIAS BOLSONARO E OUTROS

RELATOR : MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

PETIÇÃO GCAA Nº

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Subprocurador-Geral da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, vem à presença de Vossa Excelência para expor e, ao final, requerer.

Em representação protocolada em 12 de janeiro de 2023, diversos membros do Ministério Público Federal imputaram a prática do crime de incitação (art. 286, do Código Penal) a JAIR MESSIAS BOLSONARO.

Os representantes fundamentaram a representação em uma publicação feita, em rede social no dia 10 de janeiro de 2023, pelo ex-Presidente da República.

A publicação tratava de um vídeo em que um procurador do Estado de Mato Grosso defendia, em síntese, que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva teria obtido êxito no pleito eleitoral em razão de fraude no voto eletrônico.

Considerando que JAIR MESSIAS BOLSONARO publicara o vídeo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

logo após os atos antidemocráticos deflagrados em 08 de janeiro de 2023, os membros do Ministério Público Federal ressaltaram que o vídeo divulgado pelo ex-Presidente da República poderia incitar novos atos de insurgência civil contra os Poderes da República.

Analisando os argumentos insertos na representação e a publicação divulgada por JAIR MESSIAS BOLSONARO, a Procuradoria-Geral da República entendeu que, a princípio, a conduta apontada na representação se amoldaria ao tipo previsto no artigo 286, do Código Penal. Isso porque não ocorreram novos atos golpistas após a intentona executada em 08 de janeiro de 2023.

Como explicitado na manifestação protocolada em 13 de janeiro de 2023 nesse Supremo Tribunal Federal, não haveria, a princípio, indícios de que a conduta imputada na representação configuraria infrações penais mais graves porque não houve o início da execução do crime instigado. Por essa razão, argumentara-se que não existiria participação em crime que não teria se exteriorizado no mundo fenomênico, pelo menos, na forma tentada, nos termos da norma inserta no artigo 31, do Código Penal.

Malgrado essa conclusão inicial, constatara-se a relação de continência entre

o Inquérito n 4921, instaurado para apurar os atos executados por

instigadores e outros intelectuais dos atos antidemocráticos, e as condutas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

investigatório criminal.

Com espeque nesses fundamentados, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, também signatário da presente petição, requereu a juntada da representação ao Inquérito n 4921 e, por conseguinte, a apuração das condutas executadas por JAIR MESSIAS BOLSONARO.

No requerimento formulado em 13 de janeiro de 2023, o *parquet* postulou também a expedição de ordem imediata ao provedor de aplicação META, requisitando a preservação do vídeo postado e apagado no perfil <https://pt-br.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/> para posterior entrega, do Marco Civil da Internet, assim como os metadados pertinentes à postagem (data, horário, IP etc.) e, por fim, informações sobre seu alcance (número de visualizações, número de compartilhamentos e número de comentários), antes de ser apagado”.

Em 13 de janeiro de 2023, Vossa Excelência, acolhendo a manifestação do Ministério Público Federal, determinara, entre outras medidas, a expedição de ofício ao provedor de aplicação META INC., requisitando a preservação do vídeo postado e apagado no perfil [HTTPS://PTBR.FACEBOOK.CORN/JAIRMESSIAS. BOLSONARO/](https://pt-br.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/).

Posteriormente, em 17 de julho de 2023 (PETIÇÃO GCAA N° 3341 / 716736-2023), o *parquet* reiterou o pedido sobre a preservação e entrega do vídeo publicado por JAIR MESSIAS BOLSONARO.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Analisando o novo requerimento formulados pelo MPF, Vossa Excelência determinou, novamente, ao provedor de aplicação Meta INC. que enviasse o vídeo, “cuja ordem de preservação seu deu por meio da decisão de 13/1/2023 (eDoc. 2, fl. 51-61), na forma do art. 15 do Marco Civil da Internet”.

Ressai da sequência de atos praticados no Inq. 4921 que, nas investigações envolvendo JAIR MESSIAS BOLSONARO, o MPF manifestou-se, em mais de uma oportunidade, e Vossa Excelência determinou, por meio de duas decisões, que a empresa META INC. preservasse e enviasse o vídeo publicado no perfil de JAIR MESSIAS BOLSONARO.

Não obstante as determinações judiciais, o MPF não foi intimado acerca do cumprimento das ordens judiciais, ou seja, não há informações da preservação e entrega do vídeo pela empresa META INC.

Considerando o descumprimento injustificado das determinações exaradas por Vossa Excelência, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requer seja determinado, no PRAZO DE 48 HORAS, que a empresa META INC entregue o vídeo postado, no dia 10 de janeiro de 2023, no perfil <https://pt-br.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>, fixando-se, em caso de nova desídia, multa diária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Por fim, faz-se necessário consignar que o material requerido é fundamental para que o titular da ação penal possa ajuizar denúncia em face do ex-Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO.

Brasília, data da assinatura digital.

Carlos Frederico Santos
Subprocurador-Geral da República